

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.964 - BA (2019/0166214-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : JUNIOR MELO DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JUNIOR MELO DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia proferido no HC n.º 8006262-48.2019.8.05.0000.

Consta dos autos que o Recorrente foi preso em flagrante, no dia 05/03/2019, pela suposta prática do delito previsto no art. 121, c.c. o art. 14, inciso II, do Código Penal. A prisão foi convertida em preventiva.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, conforme ementa abaixo transcrita (fl. 41):

"HABEAS CORPUS. CRIME DE HOMICÍDIO NA MODALIDADE TENTADA. DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA BASEADA EM ELEMENTOS CONCRETOS. PACIENTE CONTUMAZ NA PRÁTICA DE DELITOS, TENDO DESCUMPRIDO CONDIÇÕES ESTIPULADAS PARA LIBERDADE PROVISÓRIA ANTERIORMENTE CONCEDIDA. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA POR OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES. DENEGAÇÃO DA ORDEM EM HARMONIA COM O PRONUNCIAMENTO DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA."

Em suas razões, o Recorrente sustenta, em suma, a inexistência de fundamentação idônea e dos requisitos autorizadores para a decretação da prisão preventiva.

Requer, em liminar e no mérito, que possa aguardar o desfecho do processo em liberdade.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que

consignou o Juízo de primeira instância ao manter a segregação cautelar (fl. 46; sem grifos no original):

"Analisando o presente caso, observa-se que a medida mais adequada é a manutenção da prisão cautelar do flagranteado, porquanto as medidas cautelares são insuficientes para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.

Dessarte, a prisão preventiva é imprescindível com o fito de evitar a prática de novas infrações penais, privilegiando-se a garantia da ordem pública, sendo, ademais, inadequadas e insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão.

Consultando o SAJ, verifico que o réu responde a outras ações penais perante este Juízo, por delito de furto e crimes de violência doméstica (0500106-70.2019.805.0244, 0300006-07.2016.805.0244 e 0301561-93.2015.805.0244), demonstrando possuir conduta voltada às práticas delitivas.

Ademais, o réu preso e denunciado em janeiro de 2019 pela prática de furto de fios de cobre neste município, de modo que se apresentam fundados os indícios da prática delitiva informada nestes autos.

Com isso, o réu descumpriu as condições de sua liberdade provisória anterior, reiterando na prática de crime doloso, dessa vez, de gravidade exacerbada, demonstrando, com isso, não mais ser merecedor de confiança para viver em sociedade, sem causar risco à ordem pública.

Outrossim, vislumbra-se que o flagranteado agiu com uma conduta, extremamente, grave, ao reagir à prisão e atirar contra os agentes da polícia militar, colocando em risco a vida de deles e a sua própria."

Como se percebe, os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais – ficou consignado que o Recorrente responde a outras ações penais –, haja vista que a jurisprudência da Suprema Corte é no sentido de que *"a periculosidade do agente e a fundada probabilidade de reiteração criminosa constituem fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva"* (HC 150.906 AgR, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 25/04/2018.).

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância – notadamente para que esclareça a situação prisional do Recorrente – e ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que deverão vir acompanhadas da senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

